

BENJAMIN, Walter. *Escritos sobre mito e linguagem (1915-1921)*; organização, apresentação e notas de Jeanne Marie Gagnebin; tradução de Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2011. 176 pág. (Coleção Espírito Crítico).

O pensamento de Walter Benjamin (1892-1940) caracteriza-se, como poucos, por um desenvolvimento teórico descontínuo e fragmentário, o que não impediu, porém, a manutenção de algumas preocupações intelectuais essenciais em toda a sua trajetória. No itinerário intelectual deste incomum recolhedor dos trapos e das ruínas da vida social moderna, as novas aquisições teóricas não significaram a ruptura com as perspectivas que até então vigoravam, e sim a sua superposição num patamar mais elevado de reflexão. Com efeito, sua aproximação ao marxismo, a partir de meados da década de 1920, sem dúvida o momento mais decisivo de seu itinerário intelectual, esta aproximação, longe de representar uma ruptura total com suas preocupações de juventude, conferiu a estas um novo fundamento teórico, mais consistente, que contribuiria para a consolidação do seu modo idiossincrático de reivindicar a crítica do capitalismo. Descontinuidade, aqui, não significa ruptura, exatamente porque pressupõe dialeticamente uma continuidade subterrânea de temas e reflexões ao longo do tempo.

Com esta perspectiva, os escritos de juventude de Benjamin assumem um novo estatuto, abrindo novas perspectivas de reflexão sobre o pensamento deste que, segundo o título de um pequeno ensaio a ele dedicado por seu “primeiro discípulo” Th. W. Adorno, sentia-se, e em certa medida estava, “distante de todas as correntes” (embora também estivesse, como notou Michael Löwy, no “cruzamento de todos os caminhos”). *Escritos sobre mito e linguagem*, coletânea recentemente publicada no Brasil (pela coleção “Espírito Crítico”, das Editoras 34 e Duas Cidades), reúne sete ensaios de juventude do autor, redigidos entre 1915 e 1921, sobre temas diversos, desde questões literárias, como “Dois poemas de Friedrich Hölderlin” (1915) e “O *Idiota* de Dostoievski” (1917), de ordem estética, como “Sobre a pintura *ou* Signo e mancha” (1917), ou propriamente filosóficas, tais como os fundamentais “Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem do homem” (1916), “Destino e caráter” (1919), “A tarefa do tradutor” (1921) e “Para uma crítica da violência” (1921).

São ensaios que revelam um pensamento em processo de ebulição, e cuja forma de composição manifesta com fidelidade o caráter fragmentário da obra do filósofo. Se a forma-ensaio é, no limite, uma forma de arte – conforme sugeriu o jovem Lukács, em *A Alma e as Formas* -, ela encontra nos escritos do jovem Benjamin algumas de suas mais proeminentes manifestações. A linguagem hermética,

mesmo esotérica, confirma a ideia-força – também presente, de modo diferente, em sua obra posterior – de que, como diria a seu respeito Susan Sontag, “cada frase é escrita como se fosse a primeira ou a última”. De resto, tal escrita ensaística refletia, naquele então, as singularidades do pensamento benjaminiano, tencionado que estava entre a recusa romântica da ordem burguesa-moderna e a germinação complexa da esperança de um novo reino messiânico no plano da imanência histórica.

Por isso mesmo, reler estes escritos a partir dos desdobramentos posteriores do pensamento do autor, notadamente após a incorporação heterodoxa do materialismo marxista, parece uma boa chave interpretativa, capaz de devolver-lhes a relevância que de fato merecem. Não porque o marxismo fornecesse, para Benjamin, a solução definitiva para suas inquietações de juventude, mas sim porque foi a partir de uma leitura específica desta tradição teórica que, nas décadas de 1920 e 1930, o filósofo redimensionou qualitativamente sua reflexão sobre a história, a linguagem, a modernidade.

Tal abordagem torna possível resgatar a importância fundamental destes escritos –em geral pouco estudados, inclusive, e sobretudo, no Brasil– para a formação da etapa subsequente do pensamento de Benjamin, sobretudo seus trabalhos concebidos a partir do final da década de 1920, período no qual se concentra quase exclusivamente as diversas frentes de recepção de sua obra –em torno de problemáticas como as mudanças da narração, da percepção na grande cidade moderna ou sobre as transformações das práticas artísticas após a emergência da reprodutibilidade técnica.

A concepção benjaminiana da história, por exemplo, magistralmente sintetizada nas teses “Sobre o conceito de história”, redigidas no ano do seu suicídio, em 1940, deita algumas de suas raízes mais profundas em ensaios de juventude, como o brilhante “A Vida dos Estudantes”, de 1914/15 –não incluído na presente coletânea– ou o extraordinário “Para uma crítica da violência” (págs. 121-156), cujo messianismo libertário já propugnava a necessidade da violência revolucionária (a “violência pura”, de ordem divina) a fim de interromper a dominação da violência do poder, do direito, da “justiça”, enfim, de toda concepção mítica do destino como continuidade da catástrofe – conforme diria quase duas décadas mais tarde, nas teses. Em suas palavras, no ensaio de 1921: “É na ruptura desse círculo atado magicamente nas formas míticas do direito, na destituição do direito e de todas as violências das quais ele depende, e que dependem dele, em última instância, então,

na destituição da violência do Estado, que se funda uma nova era histórica” (pág. 155). No escrito sobre “O *Idiota* de Dostoievski” (págs. 75-80), Benjamin visualiza na vida infantil uma “infinita potência de salvação” (pág. 79) em ruptura com os imperativos do destino mítico.

O direito, diz Benjamin no pequeno ensaio “Destino e Caráter” (págs. 89-100), “erige as leis do destino, da infelicidade e da culpa à condição de medida da pessoa” (pág. 93). O destino, por sua vez, sela “o nexos de culpa do vivente” como parâmetro de sua “servidão mítica”. Neste contexto, a verdadeira felicidade não é uma categoria constitutiva do destino, ou, mais amplamente, do *continuum* histórico. Ao contrário: “a felicidade é, muito mais, o que liberta aquele que é feliz das cadeias do destino e da rede do seu próprio destino” (pág. 92); em outras palavras, ela sinaliza a interrupção do “destino demoníaco”, e, como a própria revolução depois reivindicada, constitui um “freio de emergência” diante da locomotiva da catástrofe mítica. (“Enquanto houver um mendigo, seguirá existindo o mito”, disse Benjamin nas *Passagens*, confirmando a perspectiva da emancipação social como quebra da cadeia mítica).

A preocupação de Benjamin com a problemática do mito (ou da “violência mítica” do direito), nestes ensaios de juventude, era, portanto, tão somente uma outra faceta de sua preocupação com a história, tal como ressalta Jeanne Marie Gagnebin (pág. 9), responsável pela excelente organização, apresentação e notas da coletânea. A contraposição entre *história* e *mito* –que, na esteira da tradição judaica, incorpora a oposição entre *religião* e *natureza*–, já revelava os primeiros contornos da crítica do Benjamin “materialista”, no projeto das *Passagens*, à história petrificada do século XIX, à “história-natural” vivida como um “sonho coletivo”, crítica que, para se realizar, reclamava uma perspectiva alegórica em relação ao “amontoado de ruínas” a que convencionamos chamar de progresso (Cf. IX tese sobre o conceito de história). Em ambos os casos, na juventude e na “maturidade”, tratava-se da luta para escapar do domínio da natureza e do mito, adentrando no domínio da religião, que, na matriz judaica, assenta-se no domínio mesmo da história.

O que estava em questão, para Benjamin, naquele momento, era o vínculo indissociável entre razão e linguagem, ou melhor, entre história e linguagem: a história é constantemente reelaborada, rescrita e “atualizada” –para usar uma expressão enfaticamente utilizada nas *Passagens*– pela linguagem, indicando a possibilidade de uma nova maneira de escrevê-la. “Toda manifestação da vida espiritual humana pode ser concebida como uma espécie de linguagem”, afirma Benjamin no ensaio

“Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem do homem” (págs. 49-74), no qual aparecem alguns temas que, alguns anos depois, seriam desenvolvidos no “prólogo epistemológico-crítico” de sua tese de habilitação –recusada pela Universidade de Frankfurt– “A Origem do Drama Barroco Alemão” (1925).

A linguagem é também índice do *despertar* de um “fim messiânico da história” no ensaio “A tarefa do tradutor” (págs. 101-120) –originalmente concebido como prefácio à sua tradução para o alemão dos *Tableaux Parisiens* de Baudelaire. Toda tradução, segundo Benjamin, está dirigida a este horizonte utópico: a busca por um estágio definitivo da construção da linguagem, marcado pela reconciliação e pela plenitude das línguas e, então, pela procura da Revelação que se encontra oculta nas intenções complementares das diversas línguas específicas. “A tarefa do tradutor é redimir, na própria, a pura língua, exilada na estrangeira, liberar a língua do cativeiro da obra por meio da recriação” (pág. 117); em nome da “pura língua”, rompem-se as barreiras da própria língua, em direção a uma nova escritura da vida e da história.

No conjunto, estes *escritos sobre mito e linguagem*, da juventude do autor, constituem, então, por estas e por outras razões, uma boa amostra do quanto a vitalidade do pensamento posterior de Benjamin –menos metafísico, mais “materialista”– decorre exatamente de sua capacidade de mobilizar estes estilhaços da tradição judaico-messiânica e do romantismo (sobretudo alemão, mas não só) a partir de uma perspectiva dialética. Esta foi a sua forma de oxigenar e potencializar a crítica da civilização capitalista-moderna, formulando –nas décadas de 1920 e 1930– uma compreensão singular do marxismo absolutamente irreduzível às diversas vertentes do pensamento reificado.

Fabio Mascaro Querido

[fabiomascaro@yahoo.com.br](mailto:fabiomascaro@yahoo.com.br)